



Como citar: BOURCIER, Sam. As políticas do arquivo vivo. In: IRINEU, Bruna A.; Et. Ali. *Políticas da vida: coproduções de saberes e resistências*. Salvador: Devires, 2021.

AS POLÍTICAS DO ARQUIVO VIVO¹

Sam Bourcier²

Tradução: Igor Leonardo de Santana Torres³

Revisão: Flávio Luiz Tarnovski⁴

A questão que gostaria de tratar hoje é a da política dos arquivos. Por que os/nossos arquivos são políticos? Como nós podemos criá-los e fazer deles um instrumento de luta, resistência e subjetivação na era autoritária neoliberal, na era do capitalismo digital e do bioarquivo? Esta é toda a questão ou questões respondidas pelo arquivo vivo, o arquivo *kuir* e transfeminista. E para falar nisso, partirei, como sempre faço, de uma experiência pessoal e política: isto é, meu compromisso de mais de 20 anos com a criação de um centro de arquivos LGBTQI em Paris. Seria muito longo e desinteressante contar essa novela não muito elogiosa à Prefeitura do PS (Partido Socialista) de Paris, mas que é muito instrutiva para perceber o que são os centros de arquivos LGBTQI autônomos e comunitários e o que fazem as capitais mundiais para as culturas LGBTQI, como se tornaram empresas de memória LGBTQI. E não para o melhor.

Para ser rápido, verifica-se que a mobilização para a criação desse centro de arquivos foi retomada em 2017 por iniciativa do *Act-Up*, com a criação do Coletivo de Arquivos LGBTQI, e que acabamos de vencer essa batalha com um voto unânime do Conselho de Paris em fevereiro passado. Essa votação marca o nosso projeto de centro que é comunitário e autônomo: 1) comunitário, o que significa que o centro será um centro cultural administrado por e para a comunidade LGBTQI; 2) autônomo, isso significa que a prefeitura ou os arquivos nacionais não poderão controlar nossa política científica e cultural ou nossa filosofia de arquivo.

¹ Primeira versão da tradução do texto produzido para Conferência ministrada na abertura do X Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnico-racial e de Gênero (X CINABEH), exibida online em 26 de março de 2021.

² Université de Lille/Collectif Archives LGTQI.

³ Pesquisador do Gir@, da Universidade Federal da Bahia, UFBA.

⁴ Professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).



Tampouco poderão interferir em nossa governança ou fazer do centro um instrumento de *pinkwashing* e extrativismo a serviço do turismo LG (lésbico e gay) global e da “Paris Capital do Amor”. Nesse sentido, a política parisiense de sinalização de ruas e jardins para mulheres é significativa. A prefeitura inaugura um jardim de Marielle Franco em 2019, após ter exposto por meses seu retrato na fachada da prefeitura central; as relações internacionais da Prefeitura de Paris obrigam o Coletivo de Arquivos LGBTQI a expor um retrato de Marielle Franco pintado de preto durante uma jornada de reflexão sobre os arquivos organizada pelo coletivo em maio de 2018, com uma biografia que não menciona o fato de ela ter sido uma ativista lésbica, mas quando pedimos ajuda na tradução de seu livro, UPP, não há ninguém e nem dinheiro.

O que tiro dessa longa luta coletiva é que, para fazer o que temos que fazer, para não nos deixarmos ser despossuídos da nossa força arquivística, que é real e original, cultural e epistemopolítica, generosa, inteligente e justa, verdadeiramente democrática, nossa visão sobre os arquivos deve mudar. Ela deve se tornar política. Devemos também mudar a forma como os arquivos institucionais nos olham, nos opor à violência arquivística que eles geram, forçá-los a nos respeitar e prescindir deles.

A primeira coisa a fazer talvez para mudar nossa visão sobre o arquivo é perceber sua dimensão biopolítica e vê-la como um *continuum*. Se não partimos da onipresença do arquivo em nossas vidas, não entendemos seu alcance, a divisão de seu fluxo, a vontade de controle que ele alimenta e sua fibra biopolítica.

Porque estamos arquivados, o tempo todo, toda a nossa vida e desde os primeiros dias. Nosso primeiro arquivo é a declaração performativa ao registro civil: o “é uma menina”, “é um menino” ou “outra coisa”. E depois, somos arquivados pelos órgãos administrativos, instituições médicas, militares, policiais e jurídicas. E depois, seremos trabalhados como arquivos pelos pesquisadores. A função administrativa do arquivo é primária, mas esquecemos disso. É preciso dizer que tudo é feito para que nossa visão do arquivo se reduza a um remanescente empoeirado ou precioso, bem guardado em algum lugar e antes reservado aos historiadores que saberiam o que fazer com ele para o nosso bem maior. No entanto, o arquivo não deve ser reservado aos historiadores ou ao passado. O arquivo não pode ser prisioneiro da história, de uma única disciplina e, *a fortiori*, da escrita, da escrita da história. Eu voltarei a isso.

O arquivo, portanto, é uma máquina. São os arquivos em funcionamento antes de serem depositados em centros de arquivos institucionais: como os arquivos nacionais da França, fundados no século 18 na esteira da Revolução Francesa, ou os arquivos nacionais do Brasil,

fundados no século 19. Existe uma relação arquivística circular entre o estado centralizador ou federal e suas administrações: o exército, as colônias, a polícia, o judiciário *etc.* Eles trabalham nos registros porque governam por meio deles. O arquivamento é, portanto, inicialmente, um princípio de produção e gestão do arquivo para fins de organização e controle. Este arquivo administrativo, burocrático, maciço, enorme, ativo 24 horas, esta gestão arquivística é o oposto da representação corrente que torna o arquivo algo residual, incompleto, inerte, que viria a ser ressuscitado pelo historiador que vai consultá-lo num centro de arquivo. É verdade que o argumento temporal do arquivo dos historiadores, naturalizante e biologizante, é poderoso: as pessoas vivem e deixam arquivos depois de morrer. O arquivo é coisa do passado, *post-mortem* para os corpos que os produziram. A ponto de fazer esquecer que os arquivos funcionam e governam os corpos vivos. Os arquivos são, inicialmente, relações de poder. É uma máquina epistemológica movida a conhecimento. O Estado e as instituições não podem exercer seu poder sem todo o conhecimento gerado por sua massa arquivística.

As gestões arquivísticas, portanto, não produzem apenas o cidadão e o historiador. A isso se soma a produção e o controle de populações, subjetividades, corpos e identidades nacionalizadas e subalternizadas. Obviamente, pensamos na *scientia sexualis*, na *scientia racialis* e nas administrações coloniais do século 19. Essa é a efervescência que se vê quando nos situamos no início da cadeia arquivística.

Arquivar é governar, inclusive controlando nosso desejo de arquivo, e é isso o que nos deixaram claro durante os últimos 3 anos de lutas pelo centro de arquivos. Vivenciamos muito concretamente o que Derrida chamou de “a violência dos arcontes” em seu famoso *Mal de arquivo: uma Impressão Freudiana* publicado nos anos 90. Os arcontes eram os magistrados gregos que mantinham e faziam os arquivos administrativos e jurídicos em casa. Para Derrida, eles são, cito “a ilusão do começo e da chegada do comando”, e eu acrescento, em uma construção. Tão logo ocorra o que Derrida chama de “*rassemblement*” ou seja, esse reagrupamento de arquivos em um lugar institucional dedicado, essa fase de concentração material vai desencadear, em um pano de fundo de intensa cumplicidade com o Estado, supressões de arquivos, desapropriações, restrições, codificações de acesso, seleções em benefício de documentos escritos, tipologizações: por exemplo, as minorias sexuais e de gênero são geralmente os chamados arquivos “sensíveis”, porque são médicos ou políticos.

Mas esse “*rassemblement*” se traduz sobretudo por uma separação com os corpos que os produzem, que podem utilizá-los ou colocá-los de volta à circulação durante sua vida, uma separação dos suportes (vamos distinguir entre documentos, livros e objetos), a separação entre os/as produtores/as de arquivos e os/as arquivistas responsáveis pelo inventário, indexação e



descrições. E se você pedir um lugar autônomo para fazer isso, eles recusam a você. Pelo menos na França, com o fundamento de que você deve integrar os arquivos nacionais e que será bem-vindo e bem tratado lá, o que é obviamente estrutural e politicamente falso. Por toda uma série de razões às quais podemos voltar.

O princípio arcôntico é, portanto, um princípio de separação, de dissociação, precisamente porque os arquivos contêm o poder de aproximar pessoas e corpos numa temporalidade que não é a aquela do passado, mas a do presente e do futuro anterior. O arquivo é uma força coletiva e política. É essa força do arquivo que é capturada e reservada. Mas podemos nos opor a violência arquivística dos arcontes e a violência administrativa dos arquivos. Podemos quebrar nossas cadeias de arquivamento. E esta é a segunda coisa importante a fazer para mudar nossa perspectiva e nossos usos do arquivo. Como? Aproveitando o que chamo de a iterabilidade do arquivo.

A iterabilidade do arquivo é tudo o que se relaciona com a sua produção, a sua reprodução, a sua repetição, a sua reativação e a sua circulação, e, especialmente, quando ela é o ato de outros atores que não os atores tradicionais do arquivo. O ato dos/as arquivadores/as vivos/as. A iterabilidade é tanto a *iteratio* (repetição) quanto o *itinerarius* (a jornada) do arquivo. Ela também é assegurada – e como! – pelas minorias e seus centros de arquivos comunitários, cuja primeira preocupação é precisamente não separar ou deslocar, mas mostrar e fazer re-circular os arquivos. Elas multiplicam os ciclos de arquivos, circuitos curtos em resumo, onde as instituições transformam os arquivos em cadeias e multiplicam os obstáculos à sua consulta e divulgação. É essa iterabilidade que é restringida pelos controladores dos arquivos dos quais os *gatekeepers* das ciências sociais fazem parte. Porque não são apenas os historiadores que metem a mão nos arquivos! A iterabilidade do arquivo é o seu potencial de não separação dos corpos produtores de arquivos dos arquivos e de seu poder unificador, coletivo e político em uma temporalidade e projetos comuns. Os arcontes não podem competir com um *site*, *podcast*, grupo do *Facebook*, performance, histórias orais infundáveis, cartografia, ateliê de arquivo, feitos pelos arquivados que se tornam arquivadores/as, lares de arquivos mais do que fontes de arquivos. Em suma, é possível e necessário opor a iterabilidade do arquivo ao princípio, à violência arcôntica.

A terceira coisa a ver e fazer os arquivos de forma diferente é perceber que a grande força do arquivo vivo é sua dimensão performativa e em muitos níveis. Os arquivistas profissionais – finalmente aqueles que perderam a virada arquivística dos anos 90 – pretendem organizar os restos e os vestígios *a posteriori* com toda a objetividade. Eles negam a dimensão performativa do arquivo no sentido de que sempre há alguém ou algo que decide sobre a divisão

do arquivo. Sua incompletude não é natural. As minorias estão muito conscientes dessa incompletude. Ela é grande e muitas vezes cruel, mas ela nos pertence. O arquivo está sempre incompleto, mas essa incompletude assume formas específicas para as minorias, incluindo LGBTQIs. Elas foram excluídas dos arquivos oficiais e da cultura em geral, mas também maltratadas e mal representadas por eles. A censura contra elas não foi exercida de forma meramente negativa, por rasura, mas também de forma positiva. Todo o século 19 e boa parte do 20 visibilizou-criou-arquivou os invertidos, os homossexuais, os racializados, os débeis, os indigentes, os indígenas, os miseráveis, as identidades sexuais e racializadas, medicalizando e criminalizando-os. Essa história de violência se confunde com o grande arquivo do sexo e da raça.

É difícil e muitas vezes sisífico arquivar os buracos da história e os silêncios da representação, mesmo que seja um reflexo compreensível. Esse é todo o problema do arquivo das minorias, dos sem voz e dos subalternos. Os buracos são tão amplos que poderíamos dar uma resposta com a ficção, o que também nos lembra a dimensão performática do arquivo e o afasta do regime de verdade que os historiadores reivindicam. É o que Wittig diz em *Les Guerillères* para contornar o apagamento de lésbicas e mulheres na memória: “Você diz que não há palavras para descrever este tempo, você diz que não existe. Mas lembre-se. Faça um esforço para lembrar. Ou, na falta disso, invente”. Encontramos a mesma estratégia ficcional com o filme *The Watermelon Woman* de Cheryl Dyune, lançado em 1996. A diretora lésbica negra do filme conta a história de uma atriz lésbica negra em Hollywood na década de 1930. No final do filme, que utiliza os códigos realistas do documentário, entendemos que os arquivos e as fotos que ali vemos foram todos inventados. O filme ilustra a impossível restituição e apagamento das mulheres negras no cinema, mas também as virtudes da ficção performativa mais do que corretiva ou restaurativa.

O outro nível performativo é aquele que consiste em reintroduzir massivamente o arquivo oral na produção dos arquivos das minorias. É ainda o parentesco fraco dos arquivos e da história, este arquivo oral... Mas não se trata de opor escrita e oralidade. É uma questão de distinguir modos de produção e distribuição do arquivo muito diferentes e de ver qual deles é extremamente dominante. O dispositivo de história-escritura está saturado de colonialidade. Foi construído contra a oralidade e em detrimento do que Diana Taylor chama de arquivo-repertório. O arquivo-repertório não suporta a separação entre o escrito, o oral e o corpo. Encontramos nele rituais, eventos, performances no sentido corrente do termo, gestos, coisas imateriais, textos e inscrições. Não há apenas formas orais. E é arquivável, como bem compreendeu a Unesco, que se comprometeu a salvar-arquivar o patrimônio imaterial da

humanidade. A performance, no sentido mais amplo do termo, é um meio de transmissão da memória e da cultura. A ditadura da escrita e do texto serve precisamente para desqualificar a transmissão arquivística performativa. A força da iterabilidade desse arquivo contrasta com o sistema de transferência bloqueado, preso, e até elitista, que é aquele do arquivo-história, do arquivo-escritura, dos arquivos decorporalizados e descolectivizados. A performance é uma força de transmissão e sincronização, pois aproxima os corpos em um tempo comum ou mesmo em um espaço comum.

A solução cultural comunitária é, portanto, permitir às pessoas interessadas garantir a conservação e a transmissão desse tipo de arquivo e desse modo de transmissão. Colateralmente, a questão é: *como culturalizar o arquivo retirando-o das garras da história?* Isto equivale a dizer que devemos romper com a abordagem mono-disciplinar do arquivo que o torna o campo da história ou das ciências sociais como a Antropologia, a Etnologia ou a Sociologia.

Esta tensão entre história e culturas, as minorias e os subculturalistas conhecem-na bem, porque eles/as não correm tanto atrás de seu “patri-mônio” ou de seu “matri-mônio”, mas sim de seu repertório, seus arquivos-ferramentas, os meios de fazer viver pelo arquivo, suas culturas, suas subjetividades, formas de vida e suas lutas, porque oferecem uma visão crítica e diferente do mundo que lhes é necessária. A performance no sentido corrente do termo, cuja proximidade com o arquivo-repertório é conhecida, é, portanto, um dos grandes recursos compartilhado com este arquivo vivo. E darei um exemplo disso com a atuação de Juan da Silva e Koriangelis Brawns no festival de putas do SNAP (*S.ex workers N.arratives A.rts & P.olitics*).

Então, em 3 de novembro de 2018, vi a apresentação de Juan e Kori, em uma noite do festival. Foi quando soube que Juan também era Marica, ali em *drag*. Ao entrevistá-la no dia seguinte para a primeira coleta de arquivos orais realizada pelo coletivo Arquivos LGBTQI +, fiquei sabendo que Marica fazia parte de um coletivo na Colômbia, os Miau, que produzia performances, vídeos no *YouTube* e organizava desfiles e concursos de beleza trans. Isso foi antes de Juan deixar Bogotá, pois se tivesse ficado na Colômbia provavelmente teria morrido assassinado. Por ter sido um ativista LGBT visível ou por não ter recebido o tratamento mais recente para o HIV. Tudo isso, eu também aprendi, vi, olhando as imagens e as legendas que rolavam pela tela do palco do festival. Eles se/nos contaram suas vidas enquanto Kori maquiava Marica. Esses encontros entre autonarrativa, performance e história oral me fez questionar-me sobre a relação entre performance, história oral e autoarquivo. Como recircula, em vez de “se escreve”, a história coletiva por meio da performance?



Com a apresentação no SNAP, a história de Juan e Kori foi divulgada. Vimos a criação de uma memória pública. A performance no palco produz, em vez de “preservar”, a memória ou um arquivo, oferecendo uma forma de lembrança ativa e engajada. Isso também se aplica a qualquer coleção de histórias orais, se não for reduzida a uma coleção de histórias ou informações. E aí, tudo depende das políticas de conhecimento praticadas. Do ponto de vista epistemológico, sabemos que existem disciplinas designadas para se apoiar em arquivos ou fazer história oral. História, Antropologia ou Etnologia, por exemplo. A História vê a entrevista principalmente como uma informação a ser avaliada, a ser cruzada com outras (é seu lado policial científico), ou mesmo como uma prova, uma ilustração da tese ou da cronologia que muitas vezes inventa apenas o historiador. Mas também podemos considerar histórias de vida, entrevistas como saberes a serem disseminados, saberes produtivos e performáticos. É isso que separa antropólogos e historiadores clássicos dos produtores de arquivos feministas, *queer*, transfeministas e comunitários. Eles/as não têm as mesmas políticas e ética de entrevista. Eles não têm a mesma visão das relações de saber/poder que decorrem da realização de entrevistas. Eles consideram a narrativa, a história de vida como uma performance e desenvolvem dispositivos performativos para a geração e circulação de arquivos. Levam em consideração o corpo, a entonação, os gestos, as expressões faciais, a linguagem, tudo que faz de uma entrevista uma performance incarnada, tudo que geralmente desaparece na transcrição da entrevista que reduz a pessoa e a entrevista a um texto.

Esses usos da performance são diferentes do reencenar histórias de vida ou eventos como uma ferramenta para a valorização de arquivos em museus que experimentaram um *boom* desde a virada arquivística nos anos 1980 e 1990. A virada arquivística cobre essencialmente o uso de arquivos na arte e o uso de metáforas ou conceitos oriundos da arquivística nas práticas artísticas. Aqui, trata-se de espetáculos performáticos baseados em histórias ou narrativas de vida que dependem do autoarquivo, como a performance de Juan e Kori, e do dispositivo mais geral de um festival. Essas práticas performativas fazem parte do que Della Pollock chama de *remembering* como um processo ativo em vez de memória: “O que estamos falando é da tradução de eventos subjetivamente rememorados em atos incarnados de memória, de passar a memória na lembrança (...) É isso que faz a representação da memória viva, isso faz coisas”. O *remembering* é um processo incarnado, performático e coletivo. O arquivo performativo permite que o arquivo seja produzido em *loops* sucessivos e a criação de circuitos. Permite não se contentar com a cadeia de produção do arquivo tradicional, que é a dos arquivos institucionais, mas também a das ciências humanas. Nessa economia dos arquivos muitas vezes elitista, os/as pesquisadores/as constituem reservatórios de arquivos orais que morrem uma vez

que seu “campo” esteja concluído, visto que os protocolos de consentimento não preveem a utilização de arquivos posteriormente de maneira mais ampla ou outra que não seja “científica”. Os/as primeiros/as a serem despojados/as dessa riqueza são os/as entrevistados/as. É por essa razão que a reativação dos campos dos pesquisadores das ciências sociais e uma nova ética da entrevista são objetivos importantes para os praticantes do arquivo vivo.

Os dispositivos performativos do arquivo vivo se contrapõem a esses fenômenos de desapropriação. É o caso, por exemplo, de *Like a Family*, a peça de Della Pollock, de 1988, sobre a história dos catadores de algodão na Carolina do Norte com base em histórias orais. A peça foi encenada nas cidades onde os entrevistados viveram ou viviam. Isso gerou *retelling* com o público e os moradores locais, outras histórias e outras peças teatrais. Esse também é o caso do *Sexshunned Project*, um projeto colaborativo de *Ourstory Scotland* baseado em uma coleção de narrativas de vida e arquivos orais LGBT que foram colocados no palco com o teatro 7.84. O projeto gerou oficinas de performance e teatro para trabalhar coletivamente os depoimentos orais a serem incorporados ao espetáculo.

Podemos ver, então, que uma entrevista para história oral não está destinada a acabar como um arquivo em um centro de arquivos, em um *site* ou em uma tese. Nós medimos a vitalidade do arquivo pela sua capacidade de sair de armários, sótãos, caixas, de gerar outros acervos, outros centros de arquivo e não simplesmente de ser disponibilizado em instituições. A entrevista de arquivo oral, as narrativas orais também são feitas para a divulgação pública numa performance coletiva que se realiza em público, que divulga as entrevistas, histórias de vida e suscita outras. O que permite uma apropriação da produção dos arquivos. Em contrapartida, os usos tradicionais do arquivo que sancionam a reprivatização ou o confisco para um uso elitista, científico ou reservado não podem ser os únicos. Essa desprivatização, esse agrupamento que os arquivos dos arcontes restringem, essa desarmarização desindividualiza a memória e a torna comunitária. Disponibiliza e difunde. A performance exhibe e difunde um dispositivo, uma força arquivística comunicativa que pode ser facilmente reproduzida e gerar outras tantas práticas arquivísticas. Isso vai contra a despolitização dos arquivos provocada pela individualização da memória ou sua transformação em uma injunção ao “dever de memória”. A proximidade desse modelo de autoarquivo coletivo facilmente reproduzível mantém uma proximidade óbvia com as reivindicações epistemológicas feministas e autônomas dos anos 1970 e +: autoinvestigação, DIY, autonomia e ancoragem na experiência. Não é por acaso que estamos testemunhando uma proliferação da forma de oficina no campo dos arquivos *queer* e transfeministas. Os “*happy hour* de papelão” organizados pela *Mémoire des Sexualités* em Marselha são um bom exemplo disso. Também não é por acaso que



as coleções de arquivos orais do Coletivo Arquivos LGBTQI acabam em *podcast* (40.000 ouvintes).

Para terminar, gostaria de voltar rapidamente, por falta de tempo, ao bioarquivo digital que mencionei no início. Trata-se de uma variação do bioarquivo, da dimensão biopolítica do arquivo e acho bom falar disso porque a tecnologia digital atua um pouco como uma solução mágica quando falamos de arquivos. Vamos digitalizar tudo, então guardar tudo, e bastaria colocar tudo na rede... As coisas não são tão simples. Colocar arquivos na internet é caro e, sem design digital e sem indexação comunitária, não é útil e não permite que você encontre o que procura para fins de pesquisa científica, como dizem, mas também e principalmente para fins pessoais e políticos, para se construir e atuar como LGBTQI no mundo. Em uma palavra, para ter acesso ao arquivo-ferramenta.

Não tenho tempo para fazer isso aqui e é algo que farei em meu livro sobre os arquivos, mas devemos voltar à riqueza das práticas arquivísticas e renomeá-las. Ao lado do arquivo-história em seu pedestal e do arquivo de saber/poder, está o arquivo-pesquisa no sentido acadêmico do termo. Essas práticas de arquivos se aproximam do arquivo-prova do Estado, juízes e policiais. Mas há também o arquivo-cultura do qual falei um pouco, o arquivo-luta e esse arquivo-Pesquisa precisamente com um grande P maiúsculo desta vez. Aquele que permite a subjetivação pessoal e política. Essas práticas arquivísticas, menos conhecidas, nunca celebradas, também produzem e transmitem saberes, mas não têm a mesma função dos saberes-poderes. O arquivo-luta e o arquivo-pesquisa com um grande P maiúsculo são o reservatório de lutas e subjetivações políticas. Em particular, permitem a transmissão de cenários e culturas militantes na atualidade (ex. *Act Up*).

Quanto ao bioarquivo digital, é aquele que produzimos constantemente na rede, nas redes sociais, deixando vestígios digitais que são explorados pelos GAFA. Somos nós, desta vez, que estamos constantemente gerando nosso controle e nossa arquitetura panóptica com nosso corpo e nosso espaço doméstico conectados. O panóptico de Bentham era o modelo de vigilância e regulação da sociedade capitalista moderna. O arquivo nativo, o ciberarquivo virtual, é o modelo de controle da sociedade do capitalismo neoliberal digital atual.

O bioarquivo digital também é um autoarquivo... mas o autoarquivo do capitalismo digital se afasta do autoarquivo autônomo e comunitário praticado por minorias nos locais de arquivo que eles/as criam. E essa máquina de arquivo, o que chamo de *blob* do arquivo biodigital, que vai me produzir como sujeito consumidor e cidadão votando em Trump, no Brexit ou em Bolsonaro, tem muitos pontos em comum com a máquina da administração colonial, do arquivo do sexo e da raça.



O *blob* do bioarquivo digital é uma realização perversa e total da prática arquivística básica: a pesquisa nos dois significados que acabo de atribuir a este termo, Pesquisa com P maiúsculo e pesquisa. Com a captura unilateral de nossos dados pelos GAFA, o pesquisador, em todos os sentidos do termo, dos arquivos, em todos os sentidos do termo, tornou-se uma matriz arquivística involuntariamente por sua própria vontade, constantemente sugada pela *blob* do capitalismo digital neoliberal cujo objetivo é explorar o valor comportamental deduzido de nossos traços digitais residuais: o que somos, traduzidos pelo que gostamos, o que procuramos, o que compramos, como nos movemos, como trepamos, como respiramos, *etc.* O *blob* do bioarquivo digital depende do mesmo tipo de espaço epistemopolítico que o arquivo antes de ser colocado em uma instituição: a máquina arquivo de que estava falando inicialmente, onde são maquinados fluxos e saberes-poderes. Como a máquina de arquivo, o objetivo do *blob* é saber tudo sobre nossos desejos e nossos comportamentos, quem do nativo, do bom brasileiro ou do bom francês, do consumidor, do ativista ou do cidadão que vota. Sabendo que o arqui poder/saber do *blob*, seu direito de saber tudo não tem limite, pois se baseia na evitação de qualquer codificação pelo direito. Esta saída do direito foi teorizada como estratégia pelo Google assim que a empresa rompeu com a sua vocação inicial que era, passo a citar, “a disponibilização universal, global e gratuita da informação”, para vender dados a anunciantes e empresas de consultoria. Essa estratégia é chamada de “inovação sem permissão”. É pós-liberal e autoritária como qualquer bom empreendimento neoliberal.

O que isso muda para nós como usuários de arquivos e arquivadores? O que pode ser mudado sobre isso? Quais são as práticas e os usos dos arquivos que podem responder à questão de qual talvez seja o papel dos arquivos na era neoliberal?

Pode-se dizer que é útil restaurar a história e o passado, a consciência histórica ou a historicidade, porque o neoliberalismo não liga e impõe outra relação ao arquivo com seu *blob* digital. Mas talvez se trate de impor uma recusa ao que o neoliberalismo esteja tramando com a história e a cultura, incluindo a nossa.

Não é correto dizer que o capitalismo neoliberal autoritário abandonou a história, a narrativa e a consciência minoritária. Ele está apenas fazendo uso instrumental disso junto com sua incursão em alvos biopolíticos e moleculares, hiperfragmentados e transindividuais que ele faz de nós. Na verdade, com o arquivo vivo e o tipo de reativação, de recirculação que ele permite, trata-se de impedir a reterritorialização do devir minoritário imposto pelo capitalismo digital neoliberal. A simultaneidade do processamento dos arquivos pelo *blob*, o processamento do nós-bio-arquivo instantâneo não deve nos fazer perder de vista a forma como o neoliberalismo mobiliza nossa história, nossas subjetividades, a tomada de consciência e as



emoções, a raiva, o ressentimento e o medo, por exemplo. Não para reescrever a história, mas para iniciar guerras culturais. E com sucesso, se julgarmos pelas vitórias eleitorais de um Trump ou de um Bolsonaro ou do voto de Brexit. Entre outros.

E é irônico ver o papel desempenhado pelos gays e sua *expertise* em termos de vivência e de retórica minoritária nas empresas de tratamento dos mega dados criminosos. De um gay liberal e vegano, conhecedor da moda, ex-diretor de pesquisa da agência de consultoria política *Cambridge Analytica* como Christopher Wyle. Wyle trabalhou com Steve Bannon nas campanhas de Trump, mas também de Obama em 2008, onde descobriu a microsegmentação eleitoral.

De analista de dados, Wyle se tornou um *designer* de narrativas eficazes e promotor de políticas de identidade em campo para vencer a guerra cultural de Trump. O muro, o *marais*, é ele. Ele colocou sua cultura da política das minorias, aquela da política das identidades LGBT, a serviço da campanha de Trump. Ele a explora ao contrário, jogando com as fontes da identificação e da vitimização. O Branco é uma vítima, ele perdeu seus privilégios. Wyle traça analogias explicativas entre a marcha do orgulho e as demandas de racistas ou *incels*, os solteiros involuntários misóginos e supremacistas, transpondo a retórica minoritária gay, lésbica e trans: eles sofrem por estar, cito, “no armário”. Eles sentem o fato de terem que “passar” no sentido de “*passing*” por homens que não são ou não querem ser, como uma opressão. Isso é tudo o que Wyle explicou a Bannon e Trump.

Essa exploração do bioarquivo digital e das possibilidades que ele oferece em termos de política da narrativa e de subjetivação é bastante representativa do que acontece quando se conjugam várias formas de excepcionalismo: excepcionalismo empresarial, quando o estado se torna neoliberal, quando o estado assume a forma de empresa que se apodera da forma do estado com Trump, Macron e Bolsonaro, tudo num pano de fundo de excepcionalismo racista.

Se o excepcionalismo do estado e o excepcionalismo dos GAFA são no fundo a mesma coisa, não é surpreendente que os arquivos institucionais e o *blob* arquivístico digital tenham em comum uma cultura do sigilo, da não disponibilização de nossos arquivos e uma propensão a se colocar fora da lei sobre o pano de fundo do autoritarismo. Trata-se de fazer exatamente o contrário da missão democrática manifestada que promete transparência e circulação de informação para todos, quer seja a missão do Arquivo Nacional desde a Revolução Francesa, do Arquivo Nacional do Brasil ou do Google em seus primórdios.

O *blob* digital incita o roubo e a expropriação da mesma forma que os Arquivos Nacionais com reviravoltas na forma. Estes últimos recusam a ressincronização dos produtores de arquivos com os seus e os arquivos, instalando uma temporalidade desumana com o



alongamento dos prazos de comunicabilidade, a qualificação cambiante dos arquivos, a tipologia de leitores e usuários: profissionais e outros, estudiosos e amadores. O *blob* digital, por sua vez, nos nega a restituição e, portanto, a ressincronização com nossos vestígios digitais e seus subprodutos, embora nos mergulhe em uma inscrição/exploração arquivística e indelével. É uma falsa hipsincronização, se assim podemos dizer, já que a fonte real dos arquivos, ou seja, nós, é cortada, aparada, separada e silenciada. O circuito arquivístico é queimado e, mais uma vez, a comunicação é dificultada.

O nosso giro arquivístico que está por vir talvez seja este: a ressincronização para todos/as que se traduz no encurtamento ou mesmo na recusa dos atrasos de comunicação dos arquivos institucionais e a remuneração dos nossos cliques, a recuperação dos nossos dados, os nossos biodados e a recusa da sua exploração. Por enquanto, cabe ao arquivo vivo proceder à ressincronização nos centros de arquivos autônomos e comunitários.

Eu agradeço a vocês!